

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

Considerando que o Portal de Compras não possibilita a visualização de marcações como grifos e negritos (que melhor evidenciam as pontuações formuladas) e tão pouco anexar imagens, informamos que o presente recurso foi também encaminhado no formato PDF para o e-mail "licitacao@ifsuldeminas.edu.br".

AO ILMO. SR. PREGOEIRO JOÃO CARLOS FERREIRA RESPONSÁVEL PELO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2021 (RETIFICADO) DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

DRIVE A INFORMÁTICA LTDA - MATRIZ ("DRIVE A"), empresa inscrita no CNPJ sob o nº 00.677.870/0001-08, sediada em Belo Horizonte/MG, na Rua Mato Grosso, 960 – 5º andar - Bairro Santo Agostinho, CEP 30190-085, vem respeitosamente perante V. Sa., através de seu representante legal, apresentar RECURSO inconformado com a decisão do Ilmo. Sr. Pregoeiro que classificou para o item 1 a proposta da empresa ARQUIMEDES AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.374.975/0001-01, ora RECORRIDA, pelos fatos e fundamentos aduzidos no articulado em anexo.

Destarte, lastreada nas razões recursais juntas, requer-se que esse pregoeiro e sua colenda equipe de apoio reconsidere a decisão em relação ao item 1, e na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informando, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8.666/93 e art. 4º da Lei nº 10.520/02.

Termos em que  
P. Deferimento.

Belo Horizonte, 23 de dezembro de 2021.  
RAZÕES RECURSAIS

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 25/2021  
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 23343.002038.2021-74  
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM E/OU GRUPO

#### I. DA TEMPESTIVIDADE

Ab initio, em 20 de dezembro de 2021 foi aberto prazo para Registro de Intenção de Recurso, o qual imediatamente foi manifestado interesse pela recorrente. Efetivado o registro no sistema eletrônico de sua intenção de recorrer da decisão proferida, restaram preenchidas as exigências editalícias estabelecidas o item 11 do Instrumento Convocatório:

"11 DOS RECURSOS  
(...)

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses." (Negrito Nosso)

Nas disposições gerais do Edital, temos a seguinte disposição a respeito da forma como será realizada a contagem de prazos neste certame:

"28 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS  
(...)

28.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

28.8.1 Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração."

Desta forma, as razões ora apresentadas em 23 de dezembro de 2021, são absolutamente tempestivas e devem ser apreciadas sob as lentes da Lei e dos princípios aplicáveis, atendendo o art. 4º XVIII da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 110 da Lei nº 8.666/93 e item 11 do Instrumento Convocatório.

#### II. BREVE RELATO DOS FATOS

Trata-se de certame deflagrado pelo INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS – IFSULDEMINAS, no qual publicaram edital referente ao Pregão Eletrônico (SRP) nº 025/2021, do tipo menor preço por item e/ou grupo. No item 1 do Instrumento Convocatório restou definido o objeto do certame, nos seguintes termos:

##### "1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a eventual aquisição, mediante sistema de registro de preços, de recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC para renovação dos serviços de computadores e periféricos, para suportar os serviços oferecidos pela Diretoria de TI – DTI e pelos Núcleos de TI – NTI dos Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS, garantindo a continuidade das

atividades administrativas, de áreas específicas (engenharia, comunicações, audiovisual, etc.) e de laboratórios de informática, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do TERMO DE REFERÊNCIA DE SOLUÇÃO DE TIC, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse; e, por 1 (um) grupo, formado por 5 (cinco) itens, conforme tabela constante no TERMO DE REFERÊNCIA DE SOLUÇÃO DE TIC, facultando-se ao licitante a participação conforme seu interesse devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço do item e o menor preço do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto" (Grifo nosso)

Diante disto, temos que a empresa ora vencedora do item 1 está em desconformidade com as condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Portanto, sob pena de prejuízo para o interesse público, demonstraremos a seguir que a decisão ora proferida em relação aos referidos itens merece ser reformada para atendimento ao objeto deste edital.

Tal situação inclusive acarreta na quebra do princípio da isonomia, tendo em vista que confere tratamento diferenciado, em prejuízo aos demais licitantes sem qualquer amparo legal. Destarte, a recorrente preparou sua documentação em total consonância ao exigido no edital, no mais estrito cumprimento aos princípios gerais do Direito, atendendo os preceitos que regem as licitações públicas, mormente no que tange a modalidade Pregão Eletrônico, de maneira que não seria justo com esta empresa e as demais concorrentes a aceitação das propostas da empresa recorrida para o item 1, como veremos a seguir.

### III. DAS MOTIVAÇÕES PARA REFORMA DA DECISÃO

Como acima apontado, a proposta da recorrente foi equivocadamente classificada como vencedora para fornecimento dos equipamentos constantes do item 1. Entretanto, no presente caso a referida empresa não atende às seguintes regras entabuladas no instrumento convocatório:

#### III.I DA NÃO COMPROVAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS ENTABULADAS

Inicialmente, cumpre-nos salientar que o edital foi claro ao prever que a proposta deveria ser elaborada com a descrição detalhada do objeto, nos termos do subitem 6.1.4 do Instrumento Convocatório:

##### "6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário e total do item;

6.1.2 Marca;

6.1.3 Fabricante;

6.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do TERMO DE REFERÊNCIA DE SOLUÇÃO DE TIC: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada". (Negrito Nosso)

Não obstante, o Termo de Referência no seu subitem 12.6, ratifica a exigência acima mencionada de que deverá ser realizada a descrição DETALHADA do equipamento ofertado:

##### "12 - DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

(...)

##### 12.6 - DA PROPOSTA

A proposta comercial da licitante deverá conter, além de requisitos determinados no edital:

- Indicação do item para o qual foi feita a proposta;
- Indicação da marca, fabricante, modelo e código comercial do produto ofertado;
- Especificação do produto ofertado acompanhado, quanto aplicável, de check list de indicação de arquivo, item e página associados. Esta exigência é compulsória para os itens de 4.9.1 ao 4.9.11 e objeja facilitar a análise de propostas dos produtos de complexidade tecnológica;
- Prospectos / catálogos dos produtos ofertados preferencialmente em idioma português, que possibilitem a comprovação das especificações técnicas exigidas, também, neste projeto. Caso os prospectos técnicos não sejam suficientes para comprovar todas as exigências, a empresa a ser contratada poderá apresentar declaração do fabricante que ateste o atendimento dos requisitos especificados no item 4.9 deste documento. A falta dessa comprovação e a insuficiência dos prospectos / catálogos implicará na desclassificação." (negrito nosso)

Diante disso, necessário se faz explicitar os pontos de não comprovação de atendimento pela recorrida:

#### III.I.1 DO NÃO ATENDIMENTO A EXIGÊNCIA DE INFORMAR O CÓDIGO COMERCIAL DO PRODUTO OFERTADO

Como foi devidamente solicitado no subitem 12.6, do Termo de Referência, o órgão requer que seja informado qual o código comercial do produto ofertado, pois desta maneira seria possível verificar qual produto a licitante está ofertando de fato e quais os seus componentes. Entretanto, não foi possível localizar junto a proposta comercial a comprovação de atendimento deste requisito conforme abaixo.

(Imagem extraída da proposta comercial da empresa Arquimedes Automação e Informática Ltda., pág. 03)

Ocorre que, da imagem acima podemos extrair apenas que o equipamento será o modelo Corporativo B. Esta nomenclatura é genérica e possui diversos modelos de placas mãe e com suporte a diversas gerações de processadores Intel Core, por exemplo, o que demonstra a importância de identificação do código comercial do produto ofertado, pois apenas através do nome do modelo do equipamento de maneira genérica como foi informado não é possível validar se de fato estão sendo atendidas as exigências neste certame.

Ou seja, como poderá a licitante comprovar o atendimento os requisitos técnicos, se não foi acostado a sua proposta documento comprobatório de atendimento às necessidades do órgão como exigido no edital e anexos?

#### III.I.2 DO NÃO ATENDIMENTO A EXIGÊNCIA CHECK LIST DE INDICAÇÃO DE ARQUIVO, ITEM E PÁGINA ASSOCIADOS

Não obstante, o Termo de Referência também exige, no item "4- DOS REQUISITOS DA SOLUÇÃO" (subitens 4.9.1 ao 4.9.11), de maneira expressa que, será compulsória, ou seja, que será obrigatório, conter o Check list de indicação de arquivo, item e página associados.

Ocorre que apesar da exigência entabulada, não foi possível localizar na documentação da recorrida nenhum Check list com indicação de arquivos, itens e páginas associadas para comprovação de atendimento aos itens deste edital. Além disto, ao analisarmos a proposta da empresa recorrida, é possível verificar que se trata apenas de uma mera cópia do edital, não sendo a empresa declarada vencedora sequer capaz de alterar a conjugação verbal da sua proposta comercial, como podemos observar abaixo:

(imagem extraída da proposta comercial da empresa Arquimedes Automação e Informática Ltda, pág. 05)

Ao verificarmos esta imagem, não é possível extrair informações imprescindíveis sobre o equipamento e seus componentes, como por exemplo, se a BIOS é com reprogramação via software, se o software é licenciado para o equipamento, etc. Onde está a comprovação do fabricante do BIOS, comprovando que foi licenciado pelo fabricante do BIOS para o equipamento da Arquimedes?

Outro ponto que destacamos é que a proposta apresentada pela empresa Arquimedes não afirma que o produto ofertado ao ente será fornecido com uma licença do sistema operacional Microsoft Windows 10 Pro 64 bits, em Português do Brasil e tão somente descreve como "Deverá acompanhar o microcomputador uma licença do sistema operacional Microsoft Windows 10 Pro 64 bits, em Português do Brasil";

Ora nobre Pregoeiro, este equipamento realmente terá uma licença do sistema operacional Microsoft Windows 10 Pro 64 bits, em Português do Brasil? Como podemos concluir o atendimento a esse item se inexistente comprovação? Além disto, foi requerido também que os equipamentos fossem entregues com o sistema operacional PRÉ-INSTALADO, juntamente com todos os drivers de adaptadores internos necessários para o perfeito funcionamento do microcomputador. Porém, na proposta apresentada pela empresa recorrida, não foi informado de maneira clara e precisa se estão ofertando o equipamento com o sistema operacional pré-instalado, demonstrando mais uma vez a cópia literal do Termo de Referência em sua proposta, pois consta como: "O sistema operacional deverá ser entregue pré-instalado, bem como, com todos os drivers de adaptadores internos necessários para o perfeito funcionamento do microcomputador", como exibimos abaixo:

(Imagem extraída da proposta comercial da empresa Arquimedes Automação e Informática Ltda, pág. 07)

Já em relação às certificações solicitadas no edital, a empresa Arquimedes não apresentou as certificações TCO-03 ou superior, nem sequer similares, como por exemplo certificações Energy Star e RoHS, ou ainda, quaisquer certificações brasileiras equivalentes.

Além disso, em relação às certidões a proposta comercial da recorrida, consta apenas que "Deverá ser comprovada a certificação TCO-03 ou superior, bem como que conste no site [www.epeat.net](http://www.epeat.net). Caso os equipamentos não possuam as certificações TCO-03 ou superior serão admitidas certificações Energy Star e RoHS ou, ainda, quaisquer certificações brasileiras equivalentes."

Outrossim, podemos identificar também em diversos trechos da proposta que a empresa traz OPÇÕES em relação aos requisitos ofertados, senão vejamos:

"Gabinete deverá suportar a instalação mínima de 02 (duas) unidades de disco rígido, ambas internas ao mesmo;"  
- Texto copiado da Proposta Comercial da Arquimedes.

Qual é a real capacidade suportada?

"Com suporte para no mínimo 2 (dois) slots para memória RAM tipo DDR4 com capacidade combinada mínima de expansão 32 GB;"

"Mínimo de 1 (um) conector de áudio na parte frontal ou na parte traseira do gabinete;"

"Declaramos que equipamento ofertado, possui compatibilidade certificada com o Sistema Operacional Linux com qualquer distribuição em versões correntes como Ubuntu, Suse Linux Enterprise Desktop, Red Hat Linux ou Ubuntu Certified Hardware através de seus respectivos sites ou, ainda, mediante laudo de laboratório ou declaração do fabricante do equipamento de compatibilidade de instalação de todos os componentes básicos, inclusive drivers, do sistema operacional com Linux" (negrito nosso)

Desta forma, não é possível constatar qual a real capacidade suportada no equipamento ofertado. Além disso, em relação ao conector de áudio, não é possível identificar se a porta ofertada é frontal, traseira ou se possui ambas.

Já quanto ao sistema operacional Linux, não foi possível localizar nenhum documento comprobatório de atendimento à exigência junto a proposta da recorrente, portanto, qual é a real comprovação de atendimento a esta exigência? Visto que não foi acostado certificado de compatibilidade com todas as distribuições Linux informadas?

Para confirmar que há pontos que a licitante informa a oferta e há exigências que não comprovam o que vão entregar, insta pontuar o trecho abaixo do edital onde solicita 2.2GHz e mínimo 8MB e a recorrida informa a oferta. Porém, grande parte da sua proposta é texto copiado do edital sem informar o que realmente foi ofertado e onde comprovam. Vejamos como consta no edital e o que prevê em sua proposta para o equipamento:

"Possuir frequência de clock nominal de no mínimo 2.2GHz (não será aceito frequência com overlock ou turbo);",

"Possuir memória cache de no mínimo 8MB;"

"Padrão DDR4 ou superior, Frequência mínima 2400MHz equipado com no mínimo 8 (oito) Gigabytes, em 1 (um) módulo de 8 (oito) Gigabytes."

Como podemos observar, no exemplo acima a frequência ofertada foi de 2.4GH, o cache de 12MB e a memória de 2600MHz, nesse sentido, a recorrida descumpriu claramente as exigências constantes do subitem 6.1.4 e 12.6 do Instrumento Convocatório, que previa a necessidade de descrição detalhada do objeto, com todas as informações similares às exigidas no edital, pois a proposta comercial apresentada não detalha quais os componentes que integram o equipamento que está sendo ofertado, ou seja, ao que tudo indica a oferta disponibilizada trata-se de uma mera cópia do instrumento convocatório, na qual sequer foram feitas alterações no tempo verbal, e consequentemente, fazendo com que a proposta fique eivada de dúvidas, induzindo inclusive em um julgamento a mais de um resultado.

Deste modo, não resta outra alternativa ao Ilmo. Sr. Pregoeiro que não seja a desclassificação da proposta da recorrida, vez que não atendeu às regras estabelecidas no edital e seus anexos.

### III.II DO NÃO ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS REFERENTE A PLACA PRINCIPAL DO MICROCOMPUTADOR

No texto da proposta da recorrida podemos obter as seguintes informações:

"Deverá ser disponibilizado para download os arquivos de restauração diretamente no site do fabricante com a devida demonstração em documentação de link para baixar aqueles arquivos. [https://arquimedesmg.com.br/?page\\_id=2516](https://arquimedesmg.com.br/?page_id=2516)"

"Deverá ser comprovado que o fabricante dos equipamentos ofertados possui banco de dados disponibilizado na Internet que permita obter a configuração de hardware e software ofertado, periféricos internos e drivers de instalação atualizados e disponíveis para download. [https://arquimedesmg.com.br/?page\\_id=2516](https://arquimedesmg.com.br/?page_id=2516)"

Ocorre que, verificando o link disponibilizado, temos a seguinte "comprovação":

(imagem extraída do link "[https://arquimedesmg.com.br/?page\\_id=2516](https://arquimedesmg.com.br/?page_id=2516)")

Ao baixar o Firmware e Bios disponibilizado na página acima, encontramos o arquivo mb\_bios\_b560m-aorus-elite\_f6.zip, que quando descompactado, temos os seguintes arquivos internos:

(imagem extraída do arquivo "mb\_bios\_b560m-aorus-elite\_f6.zip" do link "[https://arquimedesmg.com.br/?page\\_id=2516](https://arquimedesmg.com.br/?page_id=2516)")

Assim sendo, ao abrir o arquivo "efiflash SOP.pdf" temos a seguinte informação sobre o real fabricante do BIOS e da placa mãe ofertada pela recorrida:

(imagem extraída do arquivo "efiflash SOP.pdf" do arquivo zip "mb\_bios\_b560m-aorus-elite\_f6.zip" do link "[https://arquimedesmg.com.br/?page\\_id=2516](https://arquimedesmg.com.br/?page_id=2516)")

Diante da confirmação é notório que a Arquimedes não é fabricante da placa mãe e do BIOS dos seus produtos, alguns pontos de exigência do Termo de Referência não estão sendo atendidos nesta proposta como veremos a seguir.

O Termo de Referência estabeleceu no subitem 4.9.1.5 as seguintes exigências em relação a placa principal do equipamento ofertado:

"4.9.1.5 PLACA PRINCIPAL Com suporte para no mínimo 2 (dois) slots para memória RAM tipo DDR4 com capacidade combinada mínima de expansão 32 GB; Chip de segurança padrão TPM (Trusted Platform Module), integrado a mesma, acompanhado de software para sua implementação e gerenciamento; Suportar boot por pendrive ou disco conectado a uma porta USB; Suporta boot via rede (PXE); Suporte ao padrão de barramento PCI Express x16. BIOS Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável. Possuir senhas de Setup para Power On, Administrador e unidade de armazenamento; Permitir a inserção de código de identificação do equipamento dentro da própria BIOS (número do patrimônio / número de série). Serão aceitas BIOS com reprogramação via software desde que estes estejam devidamente licenciados para o equipamento e sejam disponibilizados para download no sítio do fabricante; BIOS em português ou inglês em conformidade com a especificação UEFI 2.1 ou superior (<http://www.uefi.org>), comprovada através do site <http://www.uefi.org/members>, na categoria membros. (...) "

No entanto, tendo em vista que a recorrida não é a fabricante da placa mãe, necessário se faz a comprovação de atendimento dos requisitos acima mencionados, mediante apresentação de documentação oficial do fabricante da placa mãe, no qual demonstre o atendimento às exigências formuladas, não basta apenas a cópia textual do Termo de Referência em sua proposta. Fica demonstrado que não foi possível localizar tais comprovações acostadas à proposta formulada.

Além disso, quanto a exigência de "BIOS Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável. Possuir senhas de Setup para Power On, Administrador e unidade de armazenamento; ", temos que como é de conhecimento do mercado, as placas mães de livre comercialização que não são específicas para equipamentos de uso corporativo não possuem opção para que o usuário configure senha para unidade de armazenamento, e, como a Arquimedes não apresentou documento comprobatório de atendimento a esta exigência, conclui-se que a placa ofertada não atende aos requisitos estabelecidos.

Destaca-se também que o edital exigiu "Permitir a inserção de código de identificação do equipamento dentro da própria BIOS (número do patrimônio / número de série)". Serão aceitas BIOS com reprogramação via software desde que estes estejam devidamente licenciados para o equipamento e sejam disponibilizados para download no sítio do fabricante; ", mas temos que as placas mães de livre comercialização no mercado, que não são específicas para equipamentos de uso corporativo não possuem opção para que o usuário configure o número de patrimônio, e, mesmo que possa ser configurado via reprogramação por meio de software não foi disponibilizado o software em sua página para download ou apresentado declaração do fabricante do BIOS informando que o software está licenciado para ser fornecido com o equipamento da Arquimedes.

Por fim, a exigência "BIOS em português ou inglês em conformidade com a especificação UEFI 2.1 ou superior (<http://www.uefi.org>), comprovada através do site <http://www.uefi.org/members>, na categoria membros.", não foi devidamente comprovada pela recorrida, tendo em vista a ausência de documentação comprobatória, desta forma, sem possibilidade de identificar qual idioma a BIOS possui, pois não fica claro na proposta da Arquimedes qual a versão do UEFI já que apenas copiou e colou o texto do Termo de Referência.

Diante do exposto, não restam dúvidas quanto a necessária desclassificação da recorrida, pelo não atendimento às regras entabuladas neste certame.

### III.III DO NÃO ATENDIMENTO A EXIGÊNCIA REFERENTE A GARANTIA E SUPORTE PREVISTO NO TERMO DE REFERÊNCIA SUBITEM 4.9.1.12

Restou estabelecido no Termo de Referência, subitem 4.9.1.12 que o equipamento deveria possuir:

"Ferramenta de diagnóstico gratuito capaz de identificar problemas comuns de hardware (problemas com a CPU, memória, unidade de armazenamento, unidade óptica e placa gráfica) e software (identificar erros nos arquivos do sistema) sem a necessidade de entrar em contato com o suporte técnico; Página na internet com disponibilidade de atualizações e "hotfixes" de drivers, BIOS e firmware, manuais técnicos do usuário e de referência contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções, configuração, operação e administração; O licitante, durante o prazo de garantia, substituirá o equipamento ou parte defeituosa dele, sem ônus para o órgão; "

Entretanto, como exposto acima, a recorrida não é a fabricante da placa mãe e diante disso, faz-se necessário a comprovação de atendimento dos requisitos mencionados através de apresentação de documentação oficial do fabricante da placa mãe. Contudo, como podemos perceber, não há junto à documentação disponibilizada pela recorrida nenhum documento capaz de comprovar o atendimento a estas exigências.

Sabido é que não basta apenas a cópia textual das exigências nas propostas formuladas pelas licitantes, sendo dever destas a apresentação de documentação capaz de comprovar as informações constantes em sua oferta, motivo pelo qual deve a recorrida ser desclassificada.

### III.IV DA NÃO ESPECIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO OFERTADO

Examinando a proposta da recorrida, podemos visualizar as seguintes informações:

(imagem extraída da proposta comercial da recorrida)

(imagem extraída da proposta comercial da recorrida)

Verificando o site da recorrida, é possível observar que o equipamento Corporativo B possui o mesmo nome de modelo para diversas gerações do processador Intel Core e de modelos de placa mãe diferentes para o mesmo equipamento, como detalhamos a seguir:

1. Equipamento Corporativo B que possui processadores da Intel da 2ª e 3ª geração com placa mãe ARQ-B77, com socket LGA 1155 e chipset Intel Q77: [https://arquimedesmg.com.br/bkp-01/PDF/computador%20B/Series\\_Intel/3\\_Gen/Corporativo\\_B\\_ARQ-Q77\\_Generico.pdf](https://arquimedesmg.com.br/bkp-01/PDF/computador%20B/Series_Intel/3_Gen/Corporativo_B_ARQ-Q77_Generico.pdf)
2. Equipamento Corporativo B que possui processadores da Intel da 2ª e 3ª geração com placa mãe ARQ-B75-D3, com socket LGA 1155 e chipset Intel B75: [https://arquimedesmg.com.br/bkp-01/PDF/computador%20B/Series\\_Intel/3\\_Gen/Corporativo\\_B\\_ARQ-B75-D3\\_Generico.pdf](https://arquimedesmg.com.br/bkp-01/PDF/computador%20B/Series_Intel/3_Gen/Corporativo_B_ARQ-B75-D3_Generico.pdf)
3. Equipamento Corporativo B que possui processadores da Intel da 8ª e 9ª geração com placa mãe ARQ-B360, com socket LGA 1151 e chipset Intel B360: [https://arquimedesmg.com.br/bkp-01/PDF/computador%20B/Series\\_Intel/8\\_9%20Gen/Corporativo\\_B%20\\_ARQ\\_B360\\_Basico.fw.pdf](https://arquimedesmg.com.br/bkp-01/PDF/computador%20B/Series_Intel/8_9%20Gen/Corporativo_B%20_ARQ_B360_Basico.fw.pdf)
4. Equipamento Corporativo B que possui processadores da Intel da 10ª geração com placa mãe ARQ-B460, com socket LGA 1200 e chipset Intel B460: [https://arquimedesmg.com.br/wp-content/uploads/2019/03/Corporativo\\_B\\_ARQ\\_B460\\_Basico.fw\\_.pdf](https://arquimedesmg.com.br/wp-content/uploads/2019/03/Corporativo_B_ARQ_B460_Basico.fw_.pdf)

Na proposta comercial da Arquimedes na página 1, consta a suposta oferta de "processadores da Intel da 10ª e 11ª geração com placa mãe ARQ-B560, com socket LGA 1200 e chipset Intel B560".

Mas como podemos observar, o mesmo modelo possui diversas configurações com gerações bem diferentes de processadores suportados, diversos modelos de placas mãe utilizados, diversos modelos de chipset implementados, além de várias características diferentes como capacidade máxima de memória, número de slots de memória e PCIe e suas versões, frequência da memória suportada, quantidade de portas USB e suas versões, além de muitos outros pontos.

Nesse sentido, temos que a recorrida não observou o edital e seus anexos, ao não especificar de forma clara o equipamento que está ofertando e suas características, razão pela qual deve ser desclassificada deste certame.

### III.V DA AUSÊNCIA DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS REFERENTES AO GABINETE/CHASSI

No item especificação da solução a contratar, no termo de referência restou estabelecido que:

1.1 GABINETE/CHASSIS Padrão Small Form Factor; Deve possuir sistema de resfriamento onde o fluxo de ar deve ser horizontal/linear, frontal/traseiro, ou seja, deve ter entrada pela parte frontal do gabinete e saída pela parte traseira; A estrutura do gabinete (tampa superior) deverá suportar o peso do monitor durante a montagem na horizontal, sem desalinhamento da mesma; Deve possuir tratamento anticorrosivo; Deve atender ao padrão Tool-less. Gabinete deverá suportar a instalação mínima de 02 (duas) unidades de disco rígido, ambas internas ao mesmo; Possuir botão liga/desliga; Possuir indicadores luminosos de liga/desliga e de disco rígido em operação, ambos na parte frontal; Deve possibilitar a instalação de cadeado (incluindo opção para padrão Kensington) ou lacre de segurança em slot ou trava externa específica de forma a impedir a abertura do gabinete; Deve possuir etiqueta permanente com código de barras em material resistente ao desgaste por abrasão, onde conste a marca, o modelo, e o número de série do equipamento; O gabinete não deve apresentar qualquer tipo de adaptação, após fabricado, para o atendimento às exigências deste Termo de Referência; O gabinete deverá permitir abertura para inspeção dos componentes sem prejuízos a garantia.

Entretanto, ao visualizar a documentação comprobatória temos que os links do Corporativo B que foi possível encontrar disponível no site da Arquimedes, traz a informação de que o gabinete ARQ-127 ofertado possui denominação de Mini Torre/Torre. Ou seja, o modelo de gabinete Small Form Factor disponível é referente a outro modelo, o que evidencia o desatendimento à exigência de que o gabinete possui "padrão small form".

(imagem extraído do link "https://arquimedesmg.com.br/bkp-01/PDF/computador%20B/Series\_Intel/3\_Gen/Corporativo\_B\_ARQ-Q77\_Generico.pdf")

(imagem extraído do link "https://arquimedesmg.com.br/bkp-01/PDF/computador%20B/Series\_Intel/3\_Gen/Corporativo\_B\_ARQ-B75-D3\_Generico.pdf")

(imagem extraído do link "https://arquimedesmg.com.br/bkp-01/PDF/computador%20B/Series\_Intel/8\_9%20Gen/Corporativo\_B%20\_ARQ\_B360\_Basico.fw.pdf")

(imagem extraído do link "https://arquimedesmg.com.br/wp-content/uploads/2019/03/Corporativo\_B\_ARQ\_B460\_Basico.fw\_.pdf")

Como se não bastasse não ofertar um gabinete SFF o equipamento disponibilizado possui entradas e saídas de ar em locais não permitidos, como pode ser visto nas imagens dos documentos dos links que informamos nos gabinetes do equipamento:

Destarte, temos que a recorrida criou apenas um documento de acordo com as exigências constantes do edital e seus anexos, sem as devidas comprovações e especificações. Diante disso, destacamos que foi disponibilizado na proposta, através do link "https://arquimedesmg.com.br/?page\_id=2516", a seguinte informação no final da página:

Ao acessar o referido link, podemos verificar a existência de um equipamento distinto do que foi apresentado para esse certame. Diante disso, como podemos afirmar que os certificados apresentados são para um modelo/nome de equipamento? Qual a segurança do Instituto de que os certificados são direcionados para o hardware em que foram homologados?

Posto isto, não há como comprovar o atendimento às exigências requisitadas, sendo necessária a reforma da decisão proferida em cumprimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

### III.VI DA NÃO APRESENTAÇÃO DAS CERTIFICAÇÕES REQUERIDAS

Por último, temos que o Termo de Referência exigiu apresentação das seguintes certificações para ter uma proposta válida:

#### "4.9.1.13 CERTIFICAÇÕES"

"Deverá ser comprovada a certificação TCO-03 ou superior, bem como que conste no site [www.epeat.net](http://www.epeat.net). Caso os equipamentos não possuam as certificações TCO-03 ou superior serão admitidas certificações Energy Star e RoHS ou, ainda, quaisquer certificações brasileiras equivalentes. Estas comprovações podem ser feitas através de certificações emitidas por instituições privadas, pública oficial ou instituição credenciada."

Verificando as documentações fornecidas não foi possível localizar certificação EPEAT do equipamento e tampouco informações constantes no site [www.epeat.net](http://www.epeat.net) para comprovar tais alegações.

Destaca-se que temos duas exigências nesse trecho: "Deverá ser comprovada a certificação TCO-03 ou superior" e também a exigência "bem como que conste no site [www.epeat.net](http://www.epeat.net)."

No entanto, sabendo que a recorrida não apresentou o Check List onde seria possível verificar a existência ou não de comprovação desta exigência temos que a comprovação para ser considerada válida, deve constar no site acima mencionado. Entretanto, não é possível realizar tal validação, razão pela qual deve a recorrida ser desclassificada. Ora Ilmo. Sr. Pregoeiro, sem as certificações exigidas, como poderá o Instituto ter certeza de que o objeto do certame será atendido?

Portanto, sabendo que a proposta formulada pela ora vencedora está em desacordo com o estabelecido no edital, pedimos ao Ilmo. Sr. Pregoeiro que faça cumprir seu edital, seu regulamento interno e as leis, desclassificando a empresa declarada vencedora.

#### DA JUSTA E DEVIDA DESCLASSIFICAÇÃO DA RECORRIDA

Ora Ilmo. Sr. Pregoeiro e equipe, fato é que a empresa vencedora deixou de realizar diversas comprovações no tempo correto e conseqüentemente desatende o objeto deste edital.

Deste modo, primamos por evitar a leviandade de uma ação potencialmente lesiva e infrutífera para o Instituto de conotar atendimento às exigências editalícias. Esse é o caso da proposta comercial da recorrida, que se trata de uma clara cópia do descritivo do Termo de Referência sem suas devidas comprovações.

Face ao exposto, atuando de forma lícita e adequada, acreditamos que o Ilmo. Pregoeiro irá modificar a decisão ora atacada, por não ter a empresa vencedora comprovado a qualificação técnica prevista no instrumento convocatório e apenas copiado e colado o que foi solicitado no certame em sua proposta. Diante da falta de comprovação técnica não é possível verificar se de fato estão cumprindo as exigências entabuladas.

Assim, ao realizar uma análise minuciosa conclui-se que apenas o envio da proposta não deve ser considerado como documento hábil para comprovar a qualificação técnica exigida no edital, de forma que a empresa vencedora não atendeu aos objetivos traçados pela Administração Pública. Portanto, se trata de inequívoco descumprimento aos termos do edital devendo culminar com a INABILITAÇÃO da empresa recorrida.

Ao verificar que a proposta não está em conformidade com o edital, como o presente caso, deve o pregoeiro junto com sua colenda equipe, desclassificar a empresa, como previsto no item 7 do Instrumento Convocatório:

#### "7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e locais indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência de Solução de TIC." (Negrito Nosso)

Ademais, é de vasto conhecimento que a habilitação nos procedimentos licitatórios tem o fito de demonstrar a regularidade da empresa para com o mercado, a regularidade para com o fisco, o know-how técnico, tudo isso para, de certa forma, pelo menos a princípio, demonstrar sua capacidade (técnica e econômico-financeira) para honrar com as obrigações decorrentes daquela nova contratação para a qual se candidatou.

Em termos de segurança, legalidade, eficiência e, principalmente, interesse público (princípios que norteiam a administração pública), os requisitos específicos de habilitação (técnica e econômico-financeira) devem ser não só observados, mas seguidos à risca da legalidade e formalidade. No entanto, como acima demonstrado não é o caso em tela, pois a empresa ora recorrida não apresentou os documentos comprobatórios necessários à demonstração de seu atendimento às exigências legais.

Os requisitos de habilitação técnico-operacionais, ordinariamente previstos no art. 30, da Lei nº 8.666/93, inserem-se, primeiramente, no contexto da obtenção da proposta mais vantajosa, na medida em que permitem o ingresso na disputa apenas dos competidores aptos, em tese, a bem executarem o objeto licitado, sobretudo porque "De nada serviria ao Estado pagar valor irrisório para receber objeto imprestável" (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª Ed, São Paulo: Dialética, 2010, pág. 66).

Nesse particular, as exigências de preenchimento dos requisitos técnicos, bem como a apresentação de certificações ganham importância, visto que contribuem para a prevenção de um dos principais problemas dos contratos administrativos que é a inexecução contratual por falta de know how do particular.

Deste modo, nos ensina o art. 3º, caput, da Lei nº 8.666/93:

"Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos." (Negrito Nosso)

Ora Ilmo. Sr. Pregoeiro, a empresa vencedora não realizou as comprovações acima mencionadas e sem estes documentos passíveis de comprovação de atendimento as características requisitadas no material ofertado, como poderá o Instituto ter a segurança de que os equipamentos ofertados serão entregues de acordo com as exigências previstas? Além disso, foi explicitado diversos pontos em que a proposta da ARQUIMEDES não atendeu às regras previstas!

Diante disso, podemos concluir que a ausência de comprovação de atendimento aos requisitos previstos no edital e seus anexos enseja a desclassificação da empresa ARQUIMEDES, visto que deveria ter sido realizada a comprovação de fornecimento alegada na ficha técnica e formular proposta em consonância com o edital e seus anexos.

Assim sendo, é de suma importância a vinculação ao instrumento convocatório que é corolário dos princípios da publicidade, da isonomia, eficiência e competitividade. A vinculação está inclusive prevista no art. 41 da Lei 8.666/93 da seguinte maneira: "Art.41 - A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada."

Sabido é que o edital é a Lei que se estabelece para o certame e através do qual viabiliza o conhecimento por todos os interessados de todas as exigências que devem ser cumpridas, assegurando a eficiência da contratação e sua adequação ao interesse público que precisa ser atendido.

É inaceitável a proposta que, a princípio, mesmo vantajosa para a administração, possa ferir os princípios da Lei, como o da vinculação ao Edital, previsto nos artigos 41º e 48º da Lei n.º 8.666/93, impõe obrigações tanto para a

Administração quanto para os licitantes.

A observância ao edital efetiva o princípio inscrito dentre os demais princípios que regem a Administração Pública, disposto no caput do artigo 37 da Carta Magna:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)"

O princípio da legalidade trata-se da base de todos os demais princípios, uma vez que instrui, limita e vincula as atividades administrativas, conforme refere Hely Lopes Meirelles:

"A legalidade, como princípio de administração (CF, art.37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.

A eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da Lei e do Direito. É o que diz o inc. I do parágrafo único do art. 2º da lei 9.784/99. Com isso, fica evidente que, além da atuação conforme à lei, a legalidade significa, igualmente, a observância dos princípios administrativos.

Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa 'poder fazer assim'; para o administrador público significa 'deve fazer assim'." (in Direito Administrativo Brasileiro, Editora Malheiros, 27ª ed., p. 86)

No mesmo sentido, leciona Diógenes Gasparini:

"O Princípio da legalidade significa estar a Administração Pública, em toda sua atividade, presa aos mandamentos da lei, deles não se podendo afastar, sob pena de invalidade do ato e responsabilidade do seu autor. Qualquer ação estatal sem o correspondente calço legal ou que exceda o âmbito demarcado pela lei, é injurídica e expõe à anulação. Seu campo de ação, como se vê, é bem menor que o do particular. De fato, este pode fazer tudo que a lei permite e tudo o que a lei não proíbe; aquela só pode fazer o que a lei autoriza e, ainda assim, quando e como autoriza. Vale dizer, se a lei nada dispuser, não pode a Administração Pública agir, salvo em situação excepcional (grande perturbação da ordem, guerra)" (in GASPARINI, Diógenes, Direito Administrativo, Ed. Saraiva, SP, 1989, p.06)

Portanto, uma vez demonstrado o descumprimento ao devido processo legal e ao princípio da legalidade, tem-se por inequívoca a nulidade do ato administrativo.

Por fim, o subitem 9.19 traz a seguinte previsão:

#### 9. DA HABILITAÇÃO

(...)

9.19 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor.

Isto posto, sabendo que a proposta formulada pela empresa vencedora está em desacordo com o estabelecido no edital, pedimos ao Ilmo. Sr. Pregoeiro que faça cumprir seu edital e as leis, culminando na imediata desclassificação da empresa vencedora, sob pena de flexibilização indevida das normas do edital e quebra do princípio da isonomia, que implicará na ineficiência evidente de uma eventual contratação.

Salienta-se que a inobservância aos dispositivos editalícios em isonomia entre os competidores enseja em grave afronta aos princípios que regem a Administração Pública, além de ferir o próprio princípio da finalidade.

#### IV. DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Fiel às razões de fato e direito acima expostas, atuando de forma lícita e adequada, acreditamos que o Ilmo. Pregoeiro irá modificar a decisão ora atacada, por não ser possível a comprovação da qualificação técnica completa prevista no instrumento convocatório pela empresa ARQUIMEDES AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA.

Dito isso, outro deslinde não pode ter o presente caso a não ser a revisão do ato administrativo impugnado para que seja reformada a decisão proferida pelo Ilmo. Sr. Pregoeiro e seja desclassificada a empresa ARQUIMEDES para fornecer os equipamentos constantes do item 1, pelo não atendimento às especificações técnicas em sua proposta como evidenciado acima, com fulcro nos princípios da legalidade, moralidade, eficiência e principalmente quanto à vinculação ao instrumento convocatório e competitividade, bem como em estrita conformidade com os artigos, 41 e 48, I da Lei 8.666/93 c/c art. 4º, XI e XIV da Lei nº 10.520/02.

Caso V. Sa. entenda pela manutenção da decisão atacada, requer o imediato encaminhamento à Autoridade Superior para que a decisão seja reformada e promova consagração dos princípios e normas aplicáveis, nos termos do art.109, § 4º da Lei 8.666/93 c/c art. 13, IV, do Decreto Federal nº 10.024/2019.

Nestes termos,

Por ser de Justiça!

Pede e espera deferimento,

Belo Horizonte, 23 de dezembro de 2021.

DRIVE A INFORMATICA LTDA

Renato Gomes Ferreira

Representante Legal

**Fechar**